

INCLUSÃO OU EXCLUSÃO: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CRECHES MUNICIPAIS

Autor (1) Wandela Jheny Diniz Sinézio¹; Co-autor (1) Elenir Araújo Silva; Co-autor(2) Edlaine Rodrigues Pereira; Co-autor (3) Giszelia Oliveira dos Santos; Orientador (4) Livânia Beltrão.

¹Graduanda em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. email: wandelajheny@gmail.com ;⁴Professora da Universidade Estadual da Paraíba-: li.vania@hotmail.com

Resumo

Garantir a criança com deficiência, uma educação de qualidade, contemplando as suas necessidades específicas e o desenvolvimento em múltiplos aspectos, requer domínio e conhecimento do professor no que diz respeito a Educação Inclusiva. Essa educação, destaca-se no contexto atual como um tema relevante e desafiador para diversos professores. Destarte, buscando compreender como se efetiva a Educação Inclusiva nas creches municipais da cidade de Esperança-PB. Analisamos quais as maiores dificuldades encontradas pelos professores em realizar seu trabalho com o aluno com deficiência; investigamos, se há adequações curriculares para o trabalho com essas crianças; se as atividades realizadas condizem com as necessidades individuais da criança; e se o Atendimento Educacional Especializado fornece apoio aos professores no trabalho com os alunos com deficiência. Tivemos como arcabouço teórico, os pensamentos de Sanches (2005) no que diz respeito a garantia da educação de qualidade independente das necessidades da criança; a formação dos profissionais de ensino, em Martins (2015) e adequação do currículo, em Brasil (2003). Para efetivação do referido trabalho, desenvolvemos uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo. Realizamos a coleta dos dados com duas professoras atuantes da Educação Infantil, utilizando-nos da técnica de entrevista, com um roteiro previamente estruturado e flexível, levando em consideração observações diárias e os objetivos da investigação. A Educação Inclusiva deve ser compreendida muito além da mera inserção da criança com deficiência em sala de aula do ensino regular. Compete a Escola e os profissionais que a compõem, a garantia da efetiva participação e aprendizagem dos alunos de modo geral.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Formação de professores, Currículo adaptado.

Introdução

A educação Inclusiva tem sido um tema de bastante interesse na atualidade, fruto de pesquisas e debates nos meios acadêmicos, que indicam como

um dos maiores entraves relatados pelos professores que tem alunos com deficiências em sala de aula regular, o seu despreparo para receber tais crianças ou adolescentes. De fato, a escola é o melhor local para promover a inclusão social e educacional das crianças com deficiência, visto que as relações professor-aluno e aluno-aluno são muito importantes para o desenvolvimento destas.

A realidade das creches não é muito diferente, tendo em vista que nelas as crianças iniciam o processo de socialização, sendo o primeiro espaço fora do âmbito familiar e um local onde são desenvolvidos os aspectos psicomotores, da linguagem, entre outros.

Dessa forma, buscamos analisar quais as maiores dificuldades encontradas pelos professores de creches em realizar seu trabalho com o aluno com deficiência. Almejamos ainda investigar se há adequações curriculares para o trabalho com essas crianças; observar que tipo de atividades são realizadas com os alunos que tem necessidades especiais e se essas atividades condizem com as dificuldades da criança, seja neurológica, física, etc.; além de investigar se o Atendimento Educacional Especializado fornece apoio aos professores no trabalho com os alunos com deficiência.

O interesse por esse tema surgiu a partir de algumas observações diárias de uma criança com deficiência em uma Creche na cidade de Esperança PB e também por escutar comentários de professores, no I Curso de Educação Inclusiva, promovido pela Prefeitura Municipal de Esperança - PB, tendo em vista o despreparo desses professores para lidar com as crianças com deficiência.

Segundo Nogueira e Glat (2003, apud FONSECA, 1995), é preciso preparar todos os professores, com urgência, para se obter sucesso com a inclusão, porém o autor ainda aborda que o sucesso com a inclusão não depende apenas do professor, é preciso recursos pedagógicos, programas pedagógicos e formação continuada para aprimorar os conhecimentos e lidar com os equipamentos e principalmente o envolvimento de todos os profissionais envolvidos com a comunidade escolar: pais, professores, gestores, psicopedagogos, o próprio coordenador pedagógico, entre outros.

Percebemos que Fonseca (1995) reflete sobre essa temática no século passado e até hoje ainda é uma temática relevante a ser discutida, apesar de ser explorada por diversos pesquisadores, percebe-se ser de fundamental importância para todos da área de educação, uma vez que é inegável que ainda não alcançamos a verdadeira inclusão.

Metodologia

A presente pesquisa é do tipo descritiva, de cunho qualitativo, que de acordo com Malheiros (2011) é um processo que exige muito rigor do pesquisador. Assim, para coleta de dados qualitativos, utilizamos a técnica de entrevista, com roteiro aberto e flexível. “Um roteiro previamente estabelecido orienta o pesquisador sobre o que deseja saber da pessoa ou do grupo que é entrevistado” (MALHEIROS, 2011, p. 196). O roteiro levou em conta as observações diárias, antes exploradas, como também os objetivos propostos pela investigação.

A entrevista foi realizada com duas professoras atuantes em Instituições (Creches) distintas, na cidade de Esperança-PB. Para a análise dos dados pesquisados, tivemos que adotar as seguintes denominações para efeito das falas, já dada no texto pesquisado como sendo: **Professor (P1, P2)**. Além disso, foi feito um recorte dos dados para a dimensão que assume este trabalho da realização desse artigo. **P1** é graduanda em Pedagogia, ensina há seis meses e possui vinte alunos em sala, onde apenas um tem necessidade educacional especial. **P2** atua há 24 anos em sala de aula, possui dezessete alunos e apenas um possui necessidades educacionais especiais.

De princípio, para a realização do projeto foram necessárias algumas observações nas creches, como também as autorizações das gestoras e das professoras para a efetivação da pesquisa. Conversamos com as diretoras e as professoras, explicando o projeto, e logo aceitaram. Então, combinamos de nos encontrarmos. No dia 10 de maio de 2017, com **P1** e no dia 12 de maio de 2017, com **P2**.

As entrevistas foram feitas individualmente em cada instituição de ensino, antes de conversar com ambas as professoras, observamos um pouco a rotina de trabalho de cada uma, em dias opostos ao da entrevista. Após a entrevista, o passo seguinte foi a análise das respostas agrupadas aos referenciais teóricos.

Análise e discussão dos resultados

Com a finalidade de compreender como se constitui a educação inclusiva em creches na cidade de Esperança-PB e verificar quais são as maiores dificuldades encontradas pelos professores da Educação Infantil em realizar seu trabalho com o aluno com deficiência, realizamos entrevistas individuais com duas professoras. Ao perguntar se gera preocupação no trabalho feito com as crianças com necessidades especiais, **P1** respondeu que sim!

Uma das maiores preocupações está na dificuldade dos pais em trazer o diagnóstico do aluno, visto que, sem o diagnóstico não podemos

fazer nada. Aí, ele fica lá no canto parado, enquanto a gente faz o trabalho com os outros alunos, né? (Informação verbal de **P1**)

É conveniente destacar no trecho o quanto **P1** considera que o diagnóstico é o ponto chave para a realização do trabalho com a aluno com deficiência. Desse modo, é oportuno lembrar o que assevera o autor Pimentel (2012), quando afirma que: a ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências e o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes pode ser considerada como fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão.

Assim, considerando o que nos traz Pimentel (2012), e o que nos afirma **P1**, o diagnóstico pode ter sido utilizado como um pretexto em não desenvolver um trabalho diferenciado com o alunado. Visto que para **P1**, sem o diagnóstico “não se pode fazer nada”. Contudo, vale ressaltar, também, o que nos afirma Alonso (2013), que além de os professores aprender a adaptar o planejamento e os artifícios de ensino, é preciso que olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações”. Assim, se levarmos em consideração que já se passaram quase metade do ano, e se os pais não apresentarem o diagnóstico a escola, o aluno continuará privado de seu desenvolvimento.

Quando fizemos a mesma pergunta para **P2**, ela respondeu que o aluno não possui o diagnóstico, mas busca “fazer com ele tudo o que faz com os outros”, segundo a professora “não pode fazer diferente com ele só porque ele é um aluno especial”. Verificamos na fala de **P2** que ela não se preocupou em estabelecer um ensino diferente para o aluno com necessidades especiais.

Segundo Sanches (2005), uma das maiores preocupações de ensino de uma escola regular para uma educação inclusiva, são ações de transmissão, assimilação e reprodução do saber técnico, visto que, ao ter um aluno com necessidades especiais em sala de aula, o professor não busca novas percepções, posturas e práticas, continua agindo da mesma forma.

Assim, como Sanches (2005), Brasil (2003), também nos coloca que, dependendo da deficiência do aluno, o professor deve criar condições especiais para favorecer a aprendizagem deles, deve adaptar os materiais, expor as aulas de formas diferenciadas, etc. Percebe-se, então, que **P2** não leva em considerações as ações necessárias para favorecer a aprendizagem do aluno. Para **P2**, “tem que fazer com aluno que tem necessidades especiais a mesma coisa que faz com os outros...Eu não posso fazer diferente com ele só porque ele é

especial... Inclusão para mim é isso é incluir ele entre os demais”.

Aqui, podemos mais uma vez trazer o que nos coloca Martins (2015, p. 33): que “a inclusão se reduz a um simples espaço de socialização”. Assim, não podemos desconsiderar que dependendo da dificuldade ou habilidades que o aluno apresente, as atividades pedagógicas e o currículo precisam ser adaptados.

Conforme Brasil (2003), as adequações no currículo devem levar em conta as necessidades especiais dos alunos. Para alunos com deficiência visual é necessário criar um sistema alternativo de comunicação adaptado, como o braile. Criar um posicionamento do aluno na sala de aula de modo que favoreça sua possibilidade de ouvir o professor, deve haver deslocamento do aluno na sala de aula para obter materiais ou informações, etc. Os alunos com deficiência auditiva, deve-se ter materiais e equipamentos específicos, como o sistema alternativo de comunicação adaptado, linguagem gestual e de sinais, material visual e outros de apoio. Já, para alunos com deficiência mental, deve-se criar um ambiente de aula que favoreça a aprendizagem, tais como: cantinhos, oficinas etc. Para alunos com deficiência física, deve adaptar os elementos materiais: edifício escolar (rampa deslizante, elevador, banheiro, pátio de recreio, barras de apoio, alargamento de portas etc.), materiais de apoio (andador, coletes, abdutor de pernas, faixas, etc.); materiais de apoio pedagógico (tesoura, ponteiros, computadores que funcionam por contato, etc. Se for o caso de uma criança autista, o ambiente, assim como as atividades dessa criança devem ser regradas, com rotinas adequadas, diferentes das outras crianças em sala. Contudo, sabemos que para um currículo amplamente voltado para pessoas com deficiências além de partir do interesse do professor, são necessárias políticas públicas eficientes que oportunize suporte para o mesmo.

Ao perguntar a **P1**, o que significa inclusão? Ela respondeu:

Inclusão é você incluir, é você colocar da mesma forma que você coloca o outro.... Aprender determinada atividade, desenvolver determinado trabalho em sala, conseguir coisas também, é trazer, resgatar essa criança para participar, tentando ajudar e mostrar para ela que ela é capaz de fazer tudo como os outros né? (Informação verbal de **P1**)

Nesse depoimento, percebemos que **P1** considerou que a inclusão é uma forma de incluir o aluno com necessidades especiais para fazer tarefas, “mostrar que ele é capaz de fazer tudo como os outros”. Contudo, no momento que **P1** afirma que não faz atividades com o aluno porque ele não tem o diagnóstico, ela não está incluindo, pois não leva em conta a capacidade de o aluno aprender. Então, podemos concluir que para **P1**, a inclusão se dá a partir do diagnóstico. Diferente de **P2** que tenta “incluir” mesmo sem o diagnóstico,

contudo, esta considera que a inclusão é apenas a socialização com o outro.

Em relação aos recursos especializados, ambas as professoras afirmaram que há dificuldades por não obter recursos pedagógicos na Instituição. Segundo o decreto-lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, incube ao poder público assegurar o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena da pessoa com deficiência. Contudo, segundo as professoras, o Estado não fornece apoio necessário para uma educação Inclusiva de qualidade.

Para encerrar a entrevista perguntamos as Professoras entrevistadas se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), fornece apoio às crianças com deficiência. **P1** afirmou que no município de Esperança, há o AEE, no entanto, ainda não encaminhou o aluno para esse atendimento, porque “os pais não estão correndo atrás do diagnóstico e não se pode encaminhar, sem um laudo médico concreto”. Percebemos, nesse depoimento, que quando se trata de Educação Inclusiva, não podemos excluir a família desse contexto, visto que a família juntamente com a escola precisa buscar meios alternativos para o melhor desempenho da criança com necessidades educacionais especiais, entretanto, segundo as professoras, os pais não querem admitir que seus filhos possuem “problemas”, visto que têm medo de descobrir o que não querem; o que acaba atrapalhando a evolução dos filhos.

Já **P2**, afirmou não saber o que significava o Atendimento Educacional Especializado, a mesma atua no município há 24 anos, porém nunca fez formação continuada, por isso está “por fora” desses assuntos. Nesse ponto, Martins (2015) afirma que a formação dos profissionais de ensino não se esgota na fase inicial. Para aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos educadores de ensino em geral, nas escolas regulares, deve-se também ser atribuída uma formação continuada. O professor precisa ampliar seus conhecimentos para lidar com as diversidades do alunado, e oferecer-lhes condições de atendimento educacional que sejam adequadas às suas necessidades.

No município de Esperança o AEE começou a funcionar em 2016, porém a professora ainda não tinha conhecimento disso. Segundo Aranha (2017), o AEE, visa complementar ou suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras. Dessa forma, é de suma importância a formação continuada para os professores terem acesso aos mais variados conhecimentos atuais, como também é necessário que a comunidade escolar o

apoie e busque juntamente com o professor uma verdadeira educação inclusiva.

Considerações finais

Em resumo da presente pesquisa, podemos concluir o quanto a educação inclusiva, ainda está sendo vista como uma forma de exclusão no ambiente educacional regular. Não se pode considerar que ao matricular o aluno com necessidades educacionais especiais em escola regular, é incluir. Como afirma Martins (2015), a inclusão é um processo complexo onde é necessário que sejam contempladas diferentes metodologias, como a organização do trabalho, o espaço e o tempo em função das atividades para as aprendizagens a se realizar, é levar em consideração as diferentes necessidades do aluno.

Além disso observamos o quanto a formação continuada é de suma importância no desenvolvimento do trabalho do professor com a criança com necessidades educacionais especiais. O professor precisa oferecer condições de atendimento educacional que sejam adequadas às reais necessidades das crianças, por isso devem-se ampliar seus conhecimentos para lidar com as diversidades do alunado.

A contribuição da família e dos membros escolares é de suma importância para o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais. A família deve colaborar com os membros educacionais para facilitar a aprendizagem da criança, visto que é a partir dos pais que os professores vão buscar conhecer mais a realidade da criança.

Um currículo escolar adaptado também é uma forma de inserção do aluno na escola. Conforme Brasil (2003), a aprendizagem escolar está diretamente vinculada ao currículo, as adequações curriculares constituem nas possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Além de adequar o currículo às necessidades do aluno com deficiência, precisam ser consideradas também, a preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores perante esses recursos especializados, para que atenda realmente a todos os educandos. Assim, o currículo, nessa visão, é uma ferramenta que visa beneficiar o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.

Dessa forma, devemos almejar uma escola que possa garantir, de fato, a efetiva participação e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, mas para isso é necessária uma reestruturação, que busque a remoção de barreiras visíveis e invisíveis, com ações concretas, currículo adaptado, conscientização da família mostrando a importância do trabalho junto com o professor para a criança com necessidades especiais e também a ação do professor em busca de formação continuada

para aprimorar seus conhecimentos visando a melhoria de seus alunos, especialmente o que mais necessita. Só assim, podemos considerar que a educação inclusiva proporciona, de fato, garantia e igualdade de oportunidades para todos.

Referências

ARANHA, Sônia. R. **O que é atendimento Educacional Especializado (AEE)?** Disponível em: www.soniaaranha.com.br/o-que-e-atendimento-educacional-especializado-ae/. Acesso em: 10 de junho. 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 24 de maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de educação especial. **Saberes e prática da Inclusão: estratégias para a Educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em: 19 de maio. 2017.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lúcio de Lima. **Políticas Educacionais e Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil.** Comunicações. Caderno de programa de Pós-Graduação em educação. Ano 10. Nº 1. Junho de 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/1647/1055>. Acesso em: 22 de maio. 2017.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: LCT, 2011.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12005>. Acesso em: 18 de maio. 2017.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão: Saberes necessários e percursos formativos. In. **O Professor e a Educação Inclusiva: formação práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12005>. Acesso em: 19 de maio. 2017.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Educar Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPRR. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1550/155013364010/>. Acesso em: 22 de maio. 2017.

SANCHES, Isabel. Compreender, agir, mudar e incluir. Da investigação-ação e educação inclusiva. Revista Lusófona de Educação, [S.l.], v. 5, n. 5, nov. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1015>. Acesso em: 19 de maio. 2017.